



Em defesa de uma causa

Referência no País na área da Infância e Juventude, o desembargador Luiz Calos Figueirêdo revela um pouco de si e da sua trajetória de luta por uma realidade mais justa para crianças e adolescentes

Ivone Veloso

Ao caminhar para o gabinete do desembargador Luiz Carlos Figueirêdo com o objetivo de entrevistá-lo, na manhã de uma quinta-feira do mês de outubro, comecei a recordar de tudo o que já havia ouvido falar sobre ele. Entre os comentários mais frequentes, que delineavam um pouco da personalidade deste homem para mim, estavam a autenticidade, a transparência de ideias, a coragem de falar exatamente aquilo que pensa, o idealismo, a paixão com que defende uma causa e a determinação presente ao lutar por cada uma delas. As impressões foram se confirmando ao longo da conversa em cada resposta direta e convicta, no brilho no olhar ao falar do seu trabalho como magistrado e coordenador da Infância e Juventude do Estado, mas além disso me revelaram também um homem apaixonado pela família, sentimental, que gosta de ouvir música romântica, especialmente as do cantor Roberto Carlos, que sente prazer nas coisas mais simples do cotidiano como ir a uma feira e conversar com as pessoas do local ou colher frutas das árvores quando vai para Gravatá, seu refúgio. Saí do gabinete com a sensação de que simplicidade seja talvez a maior característica da personalidade de

Luiz Carlos Figueirêdo, apesar de tantas conquistas na vida pessoal e profissional.

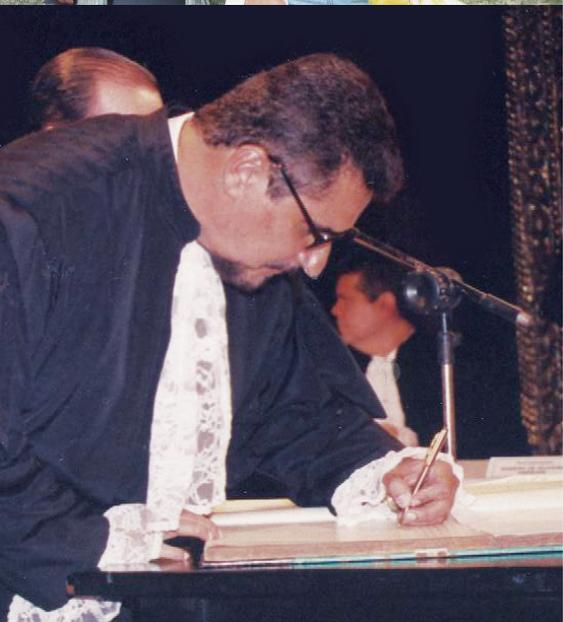
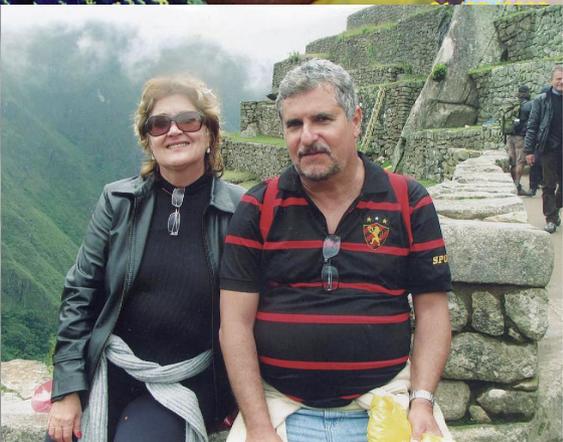
Quem vê a paixão de Luiz Carlos hoje pelo trabalho que exerce não imagina que antes de passar num concurso de juiz, em 1982, ele nunca havia cogitado ser magistrado. Formado em Direito e prestando assistência técnica na área jurídica, na Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (Fidem), ele já era um profissional reconhecido na sua área, e recebia uma remuneração maior do que a paga a um juiz, na época. Mas um “empurrãozinho” do pai, o juiz Armando de Barros Figueirêdo, mudou o curso da sua história. Acreditando que o filho tinha vocação para a magistratura, Armando convenceu a esposa de Luiz Carlos, a psicóloga Tereza Figueirêdo, a inscrevê-lo num concurso de juiz, através de uma procuração. No período da inscrição, Luiz Carlos fazia um curso de pós-graduação no Estado do Rio de Janeiro e havia deixado uma procuração com amplos poderes para a esposa resolver o que fosse necessário em seu nome. “Meu pai insistiu para eu fazer o concurso e Tereza sucumbiu à pressão ‘discreta’ do meu pai. Em resumo foi isso o que aconteceu”, descreve sorrindo.

Aprovado no concurso, após uma semana como juiz na Comarca de Cachoeirinha, Luiz Carlos afirma que já tinha certeza de que estava na carreira certa. A convicção da escolha profissional era o que o impulsionava diante de um cenário de condições adversas. O município não tinha fórum. A Vara da Comarca funcionava dentro de um cartório abafado, que era “refrigerado” com um ventilador barulhento. “Era um barulho enorme em cima da minha cabeça, mas senti que ia ser muito feliz”, relembra. O salário de juiz na época também não contava muito a favor, fazendo com que ele gastasse as economias da poupança para se manter. “Realmente acho que só os vocacionados permaneciam na profissão”, considera. Além da crença de que estava no caminho certo, o que o ajudou a seguir adiante foi o apoio de um grupo muito unido de juizes que trabalhavam nas comarcas próximas. Entre os amigos que integravam o grupo estavam o atual presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Jovaldo Nunes, e o juiz aposentado Fernando Pinto. “Fazíamos transporte solidário. Pegávamos carona no carro de um e depois seguíamos de lotação para as respectivas comarcas”, conta.

Mas talvez a maior força que impulsionou Luiz Carlos no início da carreira foi o exemplo do pai que criou seis filhos exercendo a carreira de magistrado, parte dela também no interior do Estado. “Ele conseguiu ser um excelente pai e juiz, apesar do intenso ritmo de trabalho e do baixo salário”, revela. Além dos valores de ética e de responsabilidade passados na prática do dia a dia, Armando fez questão de escrever uma carta contando a sua experiência para o filho, assim que ele foi aprovado no concurso. A carta é o retrato de um magistrado que exerceu o trabalho como missão, empenhado em atender bem a todos sem distinção de classe social, raça ou credo. De um juiz que queria passar para o filho que o importante era agir com a própria consciência, e que em hipótese alguma aceitasse troca de favores de quem quer que seja. Na carta, Armando falava também do risco de se tornar



Na cerimônia de casamento ao entrar na Igreja com a mãe Ivanilda, e nas demais fotos com a esposa Tereza



Na primeira imagem, Luiz Carlos com o pai e amigo Armando; na sequência, com os filhos Ygor e Luiz Carlos e o neto Lucas; depois, com a esposa, em uma viagem para Machu Picchu, no Peru; e por último, ao tomar posse como desembargador do TJPE em 2005

vaidoso com o exercício do cargo e dizia que o fundamental era poder se olhar no espelho todos os dias e não se envergonhar da imagem refletida. “Aprendi com meu pai esses valores e assimilei dele ainda a crença em Deus, a quem atribuo tudo o que acontece na minha vida”, confidencia.

O ingresso na área da Infância e Juventude é um exemplo do que ele acredita ter sido a mão de Deus agindo no seu destino. Em 1986, ao ser removido para a 3ª Vara Cível do município de Olinda, Luiz Carlos não sabia que a unidade judiciária era privativa no julgamento de menores abandonados infratores. “Eu descobri isso quando assumi a Vara e ao chegar lá foi inoculado no meu sangue o ‘vírus’ da causa da criança e do adolescente, da paixão por essa luta, da necessidade de superação do Judiciário num assunto tão complexo e delicado”. A Infância e Juventude passou a ser a prioridade profissional na vida do magistrado desde então. Em 1992, tornou-se juiz titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital e em 2005, eleito para o cargo de desembargador do Judiciário estadual, continuou exercendo atividades relacionadas à área. Foi chamado para coordenar a Comissão Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, de apoio à Frente Parlamentar da Adoção, que elaborou o anteprojeto da Lei 12.010/2009, conhecida como Lei Nacional de Adoção. Em 2010, foi convidado para assumir a Coordenação da Infância e Juventude do Estado, pelo então presidente do TJPE, José Fernandes de Lemos, e em 2012 permaneceu no cargo a pedido do amigo Jovaldo Nunes.

Questionado sobre que conquista lhe traria mais realização como coordenador da Infância e Juventude do Estado, o desembargador afirma que realizado já está por atuar nessa área, mas diz que o grau de plenitude só é atingido quando se deixa no cargo um sucessor fazendo melhor ou igual a você. “Hoje, Pernambuco tem muitos magistrados desenvolvendo ações maravilhosas nesse segmento. Isso me deixa feliz porque sei que quando eu me aposentar ou falecer o trabalho

que faço no momento não se extinguirá. Ao contrário, continuará sendo realizado por gente com condições de fazer melhor do que eu”, acredita. Ele lembra nomes do passado do Judiciário pernambucano que lutaram pela causa da criança e do adolescente e que o inspiraram, como o desembargador Rodolfo Aureliano e o juiz Nelson Ribeiro Lopes. “Eram poucos magistrados empenhados na defesa dessa luta, mas esses dois com certeza deixaram a semente da causa plantada”, observa.

O exemplo dos antecessores ele procurou seguir à risca. Reconhecido pelos colegas como um profissional com uma atuação decisiva para que Pernambuco hoje seja referência na área da Infância e Juventude, o desembargador tem a sua marca em vários projetos seguidos no País. Um deles é o do arquivo digitalizado dos processos de adoção, pioneiro do Brasil, implantado pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Estado em março de 2011. Através da ação, foram digitalizados 15.800 processos de adoção, em Pernambuco, desde o ano de 1990, facilitando o direito dos adotados a ter acesso à sua origem biológica, à sua história. Outro projeto por ele desenvolvido foi a promoção das Jornadas Pernambucanas dos Direitos da Infância e Juventude, realizadas em todo o Estado, em 2011. As jornadas incluíam não apenas a capacitação dos pretendentes à adoção, mas o treinamento dos servidores das varas da Infância e Juventude referente às atualizações trazidas pela Lei 12.010/2009, ao uso do Cadastro Nacional de Adoção e do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos. Também com repercussão nacional se destaca o Programa Acolher, que tem o objetivo de aperfeiçoar e expandir os serviços jurisdicionais de acolhimento às mulheres em situação de vulnerabilidade e que manifestem interesse em entregar suas crianças para a adoção. Os projetos desenvolvidos na Infância e Juventude por Luiz Carlos são vários e dariam uma matéria à parte. Sobre o tema, ele escreveu sete livros, alguns deles já esgotados no mercado. (ver box)



arquivo pessoal



O magistrado num momento de descontração saudando a bandeira do Sport, e em seguida com o casal de amigos Suzana e Luiz Schetinni, e ao lado do filho Guilherme

O assunto Infância e Juventude acaba transpondo a esfera profissional da vida do desembargador, sendo recorrente também em casa, nas conversas com a esposa, a psicóloga Tereza Figueirêdo, que trabalha na Comissão Estadual Judiciária de Adoção. Casados há 36 anos, os dois são pais de cinco filhos: Raítza, Guilherme, Janaína, Luiz Carlos e Ygor. Para se tornar pai de um deles, o magistrado se inscreveu nos cadastros de adoção das comarcas de Olinda e de Recife e esperou na fila o momento de conhecer o filho. Perguntado qual deles seria adotado, Luiz Carlos afirma enfático: "Todos são biológicos e todos são adotados. Biológicos porque tiveram quem lhes dessem os gens, os genitores, apenas não fomos eu e minha esposa. Adotados porque não adianta ter o filho sem adotar. Adotar é acolher, orientar e amar. Se o pai ou a mãe não adota os seus filhos, eu garanto que outro adotará no meio da rua. Provavelmente quem fará isso será de má índole e pode encaminhá-lo para as drogas ou outras situações de risco". Segundo ele, se engana quem pensa que está sendo caridoso ao ingressar com um processo de adoção porque a experiência é muito mais benéfica e gratificante para quem adota. "A gente aprende muito mais. O amor é intenso e infinito", diz.

A filha Raítza é jornalista e estuda Direito; Guilherme também é estudante de Direito; Janaína deixou o curso de Direito e estuda Gastronomia. Os filhos Luiz Carlos e Ygor seguiram os passos do pai e se tornaram juizes. Luiz Carlos Vieira de Figueirêdo em Pernambuco, e Ygor Figueirêdo no Estado de Alagoas. Assim como o pai fez com ele, o desembargador escreveu uma carta para cada um dos filhos quando estes foram aprovados nos respectivos concursos. Nas cartas, o magistrado expressa o quanto está orgulhoso dos dois, que seguiram a dinastia do pai e do avô, e passa adiante o ensinamento de Armando Figueirêdo de que nenhum juiz é mais importante que qualquer outro semelhante. O desembargador destaca especialmente a ética como valor fundamental para o exercício do cargo. Num trecho da carta escrita ao filho Ygor, ele

fala: “Podemos errar, falhar, sopesar indevidamente em cada questão que nos é posta em julgamento, humanos que somos. Jamais nos é dado fazer isto deliberadamente, por arrogância, interesses ou paixões. Mais do que as palavras, as atitudes e os gestos indicam a permanente orientação para este norte. Foi assim que agia o teu avô Armando, de carreira judicante sofrida, porque jamais se curvou diante dos poderosos. Assim tenho tentado seguir seus passos”.

A busca por seguir princípios tão fortemente construídos e arraigados é também diária no exercício do cargo de presidente do 1º Grupo de Câmaras de Direito Público e da 3ª Câmara de Direito Público, função que exerce desde o dia 11 de maio deste ano, e como membro da Corte Especial do TJPE, para a qual foi eleito para um mandato de dois anos no último dia 23 de julho. O desembargador acredita que mais uma vez a mão de Deus o guiou para um trabalho em que ele se sente plenamente realizado. Pós-graduado, com especialização em Direito Público e Privado pela Faculdade de Direito do Recife, e tendo exercido assistência jurídica em Direito Público, antes de se

tornar magistrado, Luiz Carlos comemora fazer parte de uma causa em que não só tem familiaridade como na qual também acredita. “Sinto muito prazer em trabalhar com esse grupo formado além de mim por oito desembargadores. Ainda ontem fizemos uma reunião para evoluir a nossa atuação, de buscar a segurança jurídica para todos e de garantir à sociedade que suas demandas serão atendidas”, relata.

O ritmo intenso de trabalho no Judiciário pernambucano o impossibilitou de continuar exercendo uma outra carreira que lhe dá prazer, o magistério. Luiz Carlos já foi professor nas Faculdades de Direito de Olinda e de Recife, onde ministrou aulas sobre “Direito do Menor”, e na Escola Superior de Magistratura de Pernambuco (Esmape), onde lecionou a cadeira de “Processo Civil” e de “Direito da Criança e do Adolescente”. Ser professor, para ele, é um desafio diário pela necessidade constante de aprimoramento e dedicação. “Há também a interação com os alunos, que é muito rica, esse ensinar e aprender ao mesmo tempo. No final das contas, você acaba melhorando profissionalmente e como pessoa”, conclui. A saudade das salas de aula,

“

Podemos errar, falhar, sopesar indevidamente em cada questão que nos é posta em julgamento, humanos que somos. Jamais nos é dado fazer isto deliberadamente por arrogância, interesses ou paixões

”



Assis Lima

o desembargador mata um pouco dando palestras. “Graças a Deus ainda sou bem lembrado e requisitado para dar palestras e acabo fazendo uma outra coisa da qual gosto muito que é viajar para diferentes lugares”, afirma.

Admirado e respeitado no mundo jurídico, Luiz Carlos confessa que é visto com certa estranheza por alguns pelo seu jeito direto e verdadeiro de ser. “Falo a minha verdade, sou sincero, e se desiludo alguém não acho que estou fazendo errado porque desiludir é tirar a ilusão e ilusão é sinônimo de mentira. É muito melhor conviver com a consciência da realidade, é nisso que acredito. A verdade liberta”, avalia. Não muito compreendido pelos mais recatados e políticos em algumas ocasiões, ele admite sorrindo que às vezes acham que ele é meio doido. “Não me preocupo com isso, quando muito eu seria um maluco beleza, mas isso me dá um salvo conduto enorme porque quando faço as coisas e dão certo dizem: ‘É...o meio doido é um gênio’. E quando dão errado falam: ‘Perdoa porque ele é meio doido’”, diverte-se. Independente da opinião que se tenha a seu respeito, o fato é que o desembargador é visto acima de tudo como um homem ético, incansável nas suas lutas e trabalhador por aqueles que com ele convivem ou conviveram como o padre irlandês Joseph Mac’ Arthy. O pároco, que conheceu Luiz Carlos quando ele era juiz na 3ª Vara Cível do município de Olinda, descreveu a dedicação do magistrado ao trabalho ao escrever a apresentação do livro “Temas de Direito da Criança e do Adolescente” (ver box), de autoria do desembargador.

A retidão de caráter e o temperamento forte ele herdou não só do pai Armando, mas da mãe Ivanilda, ambos já falecidos. A mãe era funcionária pública e trabalhava como nutricionista no Ginásio Pernambucano, no qual Luiz Carlos estudou, depois de concluir o ensino primário na Escola Estadual Cônego Rochael de Medeiros, e antes de ingressar no Colégio Leão XIII, onde fez o curso clássico, o que corresponde hoje ao 2º Grau. “Era uma mulher muito decidida e empenhadora, mais enérgica que meu

pai. Ela moldou muito da personalidade dos seis filhos”, analisa. Nascido em 1952, em Recife, único filho, no meio de cinco irmãs, Luiz Carlos não acha que foi privilegiado pelos pais em nenhum sentido, opinião não muito compartilhada pelo resto da família. “Minhas irmãs acham que eu era privilegiado, talvez fosse um pouquinho, mas isso não gerou nenhum ‘trauma’ nelas. Somos uma família muito unida”, fala sorrindo.

É na união da família que Luiz Carlos encontra forças para se manter firme nas lutas diárias. A convivência com os netos, Matheus, Artur e Lucas é um dos seus momentos favoritos do dia. A torcida pelo time Sport Club do Recife, dividida com a família também é um motivo de orgulho e descontração, seja nas vitórias ou nas derrotas. Ele diz que agora entre os familiares há dissidências se instalando com um genro que torce pelo Santa Cruz e uma nora que é do Náutico. “Mas meus descendentes, condicionei desde criancinha a serem rubro-negros. Meus filhos, inclusive, pedem para meu genro assistir ao jogo do Sport porque quando ele assiste, o nosso time ganha. É o maior pé-quente do Sport”, brinca. O lazer de Luiz Carlos para se desligar do trabalho é também ouvir música, de preferência romântica. Como um eterno romântico, apaixonado por sua esposa, a quem diz dedicar 90% dos seus pensamentos, e tal como o poeta achar que os outros 10% foram inúteis, e por tudo que faz, o desembargador diz que ainda tem muito por que lutar. “Pelos causas, pela família, pelas pessoas, pelos ideais....”

Livros publicados

- Adoção Internacional: Doutrina e Prática, Juruá Editora. Curitiba:2002
- Adoção Para Homossexuais – Juruá Editora. Curitiba: 2001.
- Guarda – Questões Controvertidas – Juruá Editora. Curitiba: 1999.
- Temas de Direito da Criança e do Adolescente – Nossa Livraria. Recife: 1997.
- Manual da Justiça da Infância e da Juventude – TJPE, 2ª edição. Recife: 1998.
- Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto – TJPE. 2ª edição. Recife: 1998.
- Comentários à Nova Lei Nacional da Adoção. Editora Juruá. Curitiba:2010.

Justiça seja feita

O prefeito, o padre, o juiz – são três pessoas que tradicionalmente são temidas pelo povo brasileiro, um povo que na maioria tem suas raízes essencialmente no campo, na cidade pequena, no interior. O prefeito manda e desmanda na cidade; o padre pode mandar para o inferno; o juiz, pior ainda, manda para a cadeia. Na verdade não deveria ser eu o escolhido para apresentar o autor desse livro. Deveria ser Dão, Galeguinho, Doidinho, Caboclinho, Rei, ou qualquer outro menino que na sua breve passagem por este mundo nosso conheceram Luiz Carlos Figueirêdo, que por vários anos foi o juiz de menores na Comarca de Olinda – PE. Esses meninos, como muitos outros, passaram pouco tempo aqui, pois nosso mundo não tinha lugar para eles, nem tinha o que oferecer-lhes, se não uma morte súbita – muitos tiros disparados – provocada por homens que agem como querem, pois sabem que não serão punidos. Esperamos que eles já se encontrem na presença do Grande Juiz de Todos – num lugar de paz e fartura – algo que eles não conheciam aqui. Na presença de nosso Grande Juiz, eles devem estar “batendo um papo” – inclusive, refletindo e conversando sobre o juiz de menores que eles conheciam aqui em Olinda. Posso confirmar que, apesar de serem chamadas de “marginais” e se sentindo totalmente desprezados, esses meninos encontraram na pessoa de Luiz Carlos um juiz que compreendia que eles estavam nesta vida de assalto, roubo, vício, porque nunca

conheceram outra coisa – não tiveram escolha. Os meninos levaram com eles a lembrança de um juiz que soube conversar, escutar, dar uma palavra de apoio, uma palavra amiga e conselho que tantas vezes lhes faltava na vida. Que estas palavras minhas e este livro marquem mais um passo do compromisso do autor, que se juntando aos outros companheiros nos dão esperança e certeza que a “luta” não terminou, e que só terminará quando toda criança tiver outra saída e escolha na vida – não só aquela da marginalização e morte.

Apresentação do livro: Temas de Direito da Criança e do Adolescente

Escrito por Joseph Mac´Arthy (Padre irlandês licenciado, educador do Movimento Popular em Peixinhos – hoje residindo na Irlanda do Norte) •